

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br
comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL - SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 004/2013, DE 19 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ALIENAÇÃO DE BENS MEDIANTE LEILÃO OU CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Versão: 01

Aprovação em: 19/03/2013

Ato de aprovação: Decreto nº 2.350/2013

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos,

Gerência de Compras, Gerência de Patrimônio e Secretarias Afins.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

- **Art. 1º -** Esta Instrução Normativa tem por finalidade normatizar os procedimentos de alienação de bens mediante leilão ou concorrência pública.
- Art. 2º Estabelecer as normas gerais na modalidade de leilão e concorrência pública.
- **Art. 3º -** Obedecer, no que diz respeito à Alienação de bens, a Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

- Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:
- **I Bens móveis:** bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, nos termos do Código Civil e são agrupados como material permanente;





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- II Bens Imóveis: o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente, nos termos do Código Civil;
- **III Responsável:** é todo aquele que, a qualquer título, seja depositário, responsável, encarregado ou outra forma que resulte em responsabilidade pela guarda, depósito ou uso do bem de propriedade do Município;
- **IV Comissão:** grupo de trabalho criado pela Administração, de caráter permanente ou especial, com objetivos previamente fixados pela autoridade superior;
- V Bens móveis ou imóveis inservíveis: aqueles que não têm mais utilidade para o Poder Executivo, em decorrência de ter sido considerado, de acordo com o parecer da Comissão Especial de Avaliação de Patrimônio Público, como sendo:
- a) Ocioso: quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) Obsoleto: quando se tornar desatualizado ou fora de padrão, caindo em desuso, sendo a sua operação considerada onerosa;
- c) Antieconômico: quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude do uso prolongado, desgaste prematuro, obsoletismo ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação;
- d) Irrecuperável: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características físicas.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Seção I

Da Alienação dos Bens Móveis

Art. 5º - Para a alienação de bens móveis deverá ser observado o seguinte procedimento:

Parágrafo único - Os bens **móveis** que poderão ser alienados serão considerados inservíveis, em desuso, obsoletos, antieconômicos, os apreendidos legalmente ou penhorados, ou outra razão que justifique a alienação para a administração pública.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Seção II

Da Alienação dos Bens Imóveis

- Art. 6º Para a alienação de bens imóveis deverá ser observado o seguinte procedimento:
- § 1º Os bens **imóveis** que poderão ser alienados são os não utilizados, os recebidos em decorrência de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento e os que não atendem ao interesse da administração pública.
- § 2º A alienação de bens da A dministração Pública quando **imóveis**, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e indireta e dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

Seção III

Do Fluxo da Alienação de Bens

- Art. 7º Para a alienação de bens deverá ser observado os seguintes procedimentos:
- I As Secretarias Municipais que possuem bens para alienação, conforme especificado nos artigos 5º e 6º desta Instrução Normativa deverá comunicar à Gerência de Patrimônio mediante Comunicação Interna, contendo a relação nominal e condições do bem e o número de patrimônio;
- II No caso de bens de informática, a Gerência de Patrimônio solicitará à Gerência de Tecnologia da Informação e Telecomunicação um laudo técnico sobre a situação de cada um deles;
- III A Gerência de Patrimônio deverá averiguar a documentação e situação de cada bem, e solicitar à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais a avaliação dos bens inservíveis destinados a leilão, e, após, solicitar autorização do Prefeito Municipal para proceder à alienação dos bens mediante leilão;
- IV Se autorizada à realização do leilão, o Prefeito Municipal nomeará uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do leilão, composta de, no mínimo, um servidor da Gerência de Patrimônio e de dois servidores das Secretarias cujos bens serão leiloados;





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br
comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

V - O processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para proceder à contratação do leiloeiro mediante licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Instrução Normativa SCL – Sistema de Compras, Licitações e Contratos nº 01/2013 – Versão 01.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE LEILÃO

Art. 8º - Caberá a cada unidade abaixo estabelecer os seguintes procedimentos:

I – Caberá à Secretaria Municipal de Administração e de Recursos Humanos:

- a) Solicitar a contratação do leiloeiro com a respectiva elaboração do Termo de Referência;
- b) Encaminhar a solicitação de contratação à Gerência de Compras;
- c) Assinar, em conjunto com o Prefeito, o contrato do leiloeiro.

II - Caberá à Gerência de Compras e/ou Comissão de Licitação:

a) Adotar os procedimentos necessários à contratação do leiloeiro nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e conforme Instrução Normativa SCL – Sistema de Compras, Licitações e Contratos nº 01/2013 – Versão 01.

III – Caberá à Procuradoria Geral Municipal:

- a) Analisar e emitir parecer quanto a processo para início do processo do leilão, para subsidiar a decisão do Prefeito quanto à realização ou não do leilão;
- **b)** Análise do processo do leilão e emissão de parecer, caso necessário, em qualquer fase do processo, inclusive, para subsidiar a homologação do leilão.

IV - Caberá ao Leiloeiro Público Oficial contratado:

a) Elaborar a minuta do edital, conforme Termo de Referência da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, e submeter à Comissão de Avaliação para verificação e aprovação.

AS HAD



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- b) Publicar o aviso na Imprensa Oficial, em jornal de grande circulação e no site da Prefeitura;
- c) A primeira publicação deverá ser realizada no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da assinatura do contrato, e deverá:
- 1 Disponibilizar Edital e anexo para os interessados;
- **2 -** Alterar, prorrogar ou republicar o Edital, em consonância com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão.
- d) Na divulgação, deverá ser incluído:
- 1 Confecção e distribuição de, no mínimo, 1000 (um mil) panfletos com a descrição dos lotes;
- 2 Confecção de faixas contendo local, data e horário da realização do leilão, e respectiva fixação em local a ser determinado pela Comissão.
- e) Confeccionar e emitir mala direta para arrematantes de, no mínimo, 500 (quinhentas) correspondências;
- **f)** Numerar os lotes, sob a supervisão da Prefeitura, através da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão;
- g) Promover toda a infra-estrutura do evento de abertura e apuração do leilão, incluindo todos os procedimentos necessários: faixa promocional no local do leilão, sonorização, locução, sistema de informática, cobertura com fotos e filmagens dos lotes, e todos os demais procedimentos;
- h) Receber credenciamento, envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços;
- i) Analisar documentos;
- j) Desclassificar proponentes;
- k) Receber lances;
- I) Classificar os lances e definir o vencedor;
- m) Intimar as partes sobre decisões de recursos;
- n) Expedir as Notas de Arrematação;





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.cs.gov.br comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

- o) Emitir a Ata de Realização da Sessão Pública, informando todos os acontecimentos, bem como apuração, arrematantes e valores, devidamente assinada pelos presentes e, inclusive, pelos membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão.
- p) Entregar a Ata à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Leilão, acompanhada da prestação de contas de todo o processo, incluindo: edital, jornais com publicação, catálogos de divulgação e forma de distribuição, locais de distribuição, fotos e filmagens do evento, ata da sessão, notas de arrematação, relatórios e demais informações inerentes.

V - Caberá à Gerência de Tesouraria:

- a) Receber o pagamento do leilão, conforme valores e arrematantes definidos na ata;
- **b)** A Gerência de Tesouraria receberá dos arrematantes 100% (cem por cento) do valor apurado no leilão, mediante depósito bancário, em conta específica criada para leilão.
- c) Emitir Nota de arrecadação ao arrematante.

VI – Caberá à Comissão de Avaliação para Verificação e Aprovação:

- a) Auxiliar a Secretaria Municipal de Administração e de Recursos Humanos na elaboração do Termo de Referência;
- b) Acompanhar e fiscalizar todo o processo de leilão, em todas as suas fases;
- c) Encaminhar o processo para homologação e adjudicação pelo Prefeito Municipal, após emissão da ata;
- **d)** Encaminhar o resultado do leilão para publicação, devendo constar, no mínimo o nome dos arrematantes, bens arrematados e valores;
- e) Conferir junto à Gerência de Tesouraria a verificação do efetivo pagamento dos bens arrematados;
- f) Preencher a documentação de transferência dos no nome dos arrematantes que figurarem nas Notas de Arrematações expedidas pelo Leiloeiro contratado;
- **g)** No caso de veículos, o recibo de transferência deverá ser assinado pelo Prefeito com reconhecimento de firma por autenticidade em cartório civil, para fazer a transferência no DETRAN, acompanhado de Termo de Posse do Prefeito e documentos pessoais do mesmo;







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br
comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

- **h)** Os bens deverão ser pagos e retirados no prazo estipulado no edital, caso contrário ao arrematante poderá sofrer as penas e sanções previstas no edital;
- i) Caso o arrematante não proceda à retirada dos bens móveis leiloados no prazo estipulado no Edital, contados da lavratura da ata, será considerado DESISTENTE aos bens arrematados;
- j) Conferir a documentação apresentada pelos arrematantes para retirada do bem arrematado;
- **k)** A retirada de todos os bens estarão sujeitos a apresentação, pelos arrematantes, dos seguintes documentos:
- 1 Nota de Arrematação do Leiloeiro;
- 2 Guia de ICMS devidamente paga na Categoria;
- 3 Nota Fiscal Avulsa extraída na Coletoria ou Nota fiscal Série E.
- I) Autorizar a retirada dos bens, emitindo documento específico para tal fim, que deverá conter especificação do bem, data da entrega, nome e assinatura do arrematante, nome e assinatura dos membros da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Leilão.
- m) Concluir o processo de Leilão com toda a documentação inerente à saída e entrega dos bens.

VII - Da Prestação de Contas:

a) A prestação de contas será feita no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados após a realização do Leilão, quando serão apresentados todos os relatórios.

VIII - Do Pagamento do leiloeiro:

- a) O pagamento do leiloeiro será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após o pagamento, pelos arrematantes, do valor dos bens à Gerência de Tesouraria.
- **b)** Para fins de cálculo do valor a ser pago, será considerada a Comissão Contratual sobre o valor total apurado no leilão e devidamente depositado em conta bancária da Prefeitura Municipal de Domingos Martins.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

c) O Leiloeiro cobrará do arrematante, ao final do Leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor arrematado, sem custas para o Município.

Parágrafo único - A liberação do Certificado de Registro de Veículo ocorrerá a partir do 3º (terceiro) dia útil, a contar da data do pagamento da totalidade do bem.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

- Art. 9º A Pessoa Física poderá participar no Leilão:
- I Diretamente, mediante sua presença pessoal e apresentação dos documentos de RG e CPF;
- II Indiretamente, por intermédio de PROCURADOR, formalmente designado em procuração, com firma reconhecida em tabelião ou instrumento público.
- Art. 10 A Pessoa Jurídica poderá participar no Leilão:
- I Diretamente, mediante a presença pessoal do licitante, no caso de empresa individual, ou de seu representante legal, em ambos os casos, consoante designação expressa no Contrato Social (ou equivalente), e apresentação dos documentos de Identidade e CNPJ;
- II Indiretamente, por intermédio de PROCURADOR formalmente designado em procuração, com firma reconhecida em tabelião ou por instrumento público.

CAPITULO VI DA OFERTA NO LEILÃO

- Art. 11 Para a oferta deverá ser observado os seguintes procedimentos:
- I O lance inicial terá por base o valor da avaliação atribuída a cada bem pela Comissão
 Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais nomeada pelo Poder Executivo;
- II Será considerada vencedora a oferta verbal mais elevada de cada lote;





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br
comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

III - Caso a proposta seja elaborada por terceiros, deverá a mesma estar acompanhada de Instrumento Público de Procuração em sua forma original, sob pena de desconsideração da mesma.

CAPÍTULO VII DOS DEMAIS BENS NO LEILÃO

Art. 12 - Quando se tratar de bem imóvel deverá ser lavrada a escritura pública e averbada a transferência no registro de imóveis.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Em caso de dúvidas e/ou omissões geradas por esta Instrução Normativa deverão ser solucionadas junto a Unidade Central de Controle Interno - UCCI.

Art. 14 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Domingos Martins, 19 de março de 2013.

LUTZ CAPLOS PREZOTI ROCHA

Prefeito

ROSINETA ROCHA HOFFMAM COELHO

Controlador Interno